

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668

imprensa@sintrajusc.org.br
www.sintrajusc.org.br

Produção: Gilberto Motta (MTb 957/SC)
Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS)
Tiragem: 800 exemplares

Nº 1062

CATEGORIA EM SC JUNTA FORÇAS A CAMINHO DA PARALISAÇÃO NO DIA 18

Com o compromisso firmado pelos deputados da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara de votar o PL 6613/09, o PCS, impreterivelmente no dia 26 de outubro, os sindicatos, mais uma vez, irão enviar representantes a Brasília para acompanhar a sessão e pressionar para que todos votem favoráveis à reivindicação da categoria.

Em Assembleia/Ato realizada no dia 4, na nova sede da JF na Capital, os servidores aprovaram paralisação de 24 horas no dia 18 de outubro. A Coordenação do Sindicato já está viajando para mobilizar servidores no estado e orienta que sejam feitas reuniões até o dia 13 em todos os locais de trabalho, com o resultado encaminhado para administrativo@sintrajusc.org.br

Em Laguna, os servidores da JF estão mostrando forte disposição para a luta, se organizando para parar as atividades. Os servidores da JT de Criciúma, que já têm a prática de luta de sair na frente em termos de mobilização, fizeram reunião no dia 7, quando vários colegas falaram sobre a necessidade de participar do movimento sob pena de não receber nenhum reajuste nos próximos anos, usando como exemplo a luta de categorias como os bancários e os trabalhadores dos Correios que, de maneira unificada, estabeleceram uma data nacional para a entrada em Greve.

Criciúma debateu a proposta de paralisação no dia 18 e foi aprovado por maioria que os servidores da JT no município irão aderir ao movimento,

mas de forma condicionada à participação de mais cidades do interior, onde os servidores também devem se mobilizar. O desejo foi o de que a garra mostrada pelos servidores de Criciúma se espalhe por todo o estado.

VOTAÇÃO DO PCS

Segundo informações repassadas por alguns dos integrantes da CFT na sessão do dia 5, a intenção é votar o projeto, com ou sem o acordo entre a cúpula do Judiciário Federal e o Executivo, para garantir a inclusão dos valores do PCS na Lei Orçamentária de 2012. Por isso, na avaliação da Fenajufe, até o dia 26 as mobilizações devem aumentar em todo o país, com a categoria entrando na Greve por tempo indeterminado. E as pressões em cima dos parlamentares, em especial dos da base do governo, também têm que se intensificar, visando convencê-los a votar o Orçamento com a previsão orçamentária do Plano.

De acordo com o cronograma da Comissão Mista de Orçamento para a tramitação da proposta da LOA, o relatório de receita, sob a responsabilidade do senador Acir Gurcacz [PDT-RO], será apresentado até esta terça-feira e votado até o dia 14. Até o dia 19, o relator geral da LOA, deputado Arlindo Chinaglia [PT-SP], apresentará o relatório preliminar da LOA. De 20 a 22 de outubro, é aberto o prazo para apresentação de emendas ao relatório preliminar, que será votado até o dia 25 de outubro. Isso significa que, pela agenda da

CMO, na sessão do dia 26 da Comissão de Finanças já se saberá se o impacto orçamentário do PCS foi ou não incluído no relatório preliminar.

Independentemente disso, alertou o deputado Pauderney Avelino [DEM-AM], mesmo que no relatório preliminar não conste a previsão do reajuste, nada impede que o projeto seja votado na sessão do dia 26, considerando que a proposta da LOA será apreciada pelo plenário do Congresso somente em dezembro. "Podemos votar o projeto aqui na CFT e fazer os acordos necessários até a votação final da LOA", disse Pauderney, se contrapondo às declarações de um deputado, que defendia a necessidade do fechamento de um acordo antes da votação do projeto na CFT.

O relator do PL 6613/09, Roberto Policarpo [PT-DF], também foi um dos deputados que reforçaram a defesa da inclusão do projeto na pauta. De acordo com ele, vários integrantes da Comissão se comprometeram, além de votar o projeto no dia 26, a buscar a resolução do impasse. Para isso, nos próximos dias eles vão conversar com o senador Vital do Rego [PMDB-PB], presidente da CMO, e com o deputado Arlindo Chinágua, relator geral

da LOA. "Vamos atuar para que no dia 26 o projeto seja pautado em um cenário melhor e mais favorável. A nossa intenção é trabalhar para que esse projeto vire lei, e uma lei que valorize de fato os servidores do Judiciário Federal", garantiu Policarpo.

APROVAÇÃO NÃO ESTÁ GARANTIDA, PRESSÃO DEVE AUMENTAR

Na avaliação dos coordenadores da Fenajufe, embora os deputados tenham garantido que pautarão o projeto no dia 26 de outubro, não há nada fechado no momento em relação à aprovação do PCS. Eles lembram que a CFT já descumpriu compromisso com os servidores, quando quebrou a promessa de votar o projeto na primeira quinzena de setembro, conforme havia garantido o próprio presidente, Cláudio Puty [PT-PA]. **Portanto, a categoria não pode confiar que as coisas já estão definidas, uma vez que as negociações entre os três poderes ainda não foram encerradas e precisam avançar ainda mais.**

Da Fenajufe com informações do SINTRA-JUSC

Agentes do TRT são prejudicados em TAF

A Coordenação e a Assessoria Jurídica do SINTRAJUSC reuniram-se na sexta-feira, dia 7, com Agentes de Segurança do TRT para conversar sobre a Portaria PRESI 64, de 15 de março de 2011, que dispõe sobre o programa de reciclagem anual de quem atua na segurança. A Portaria prevê um Programa de Reciclagem Anual com ações de capacitação e teste de aptidão física (TAF). Vários seguranças que fizeram o teste em agosto e setembro não foram aprovados, e mesmo os aprovados não concordaram com a forma como a avaliação foi feita.

O problema é que a aprovação nas ações de capacitação e no TAF é que garante ao servidor o recebimento da GAS. Na reunião, os seguranças contaram que colegas tiveram a atenção prejudicada por excesso de barulho (o teste foi feito na avenida Beira-mar), e funcionários trocaram os nomes dos seguranças na hora de registrar a informação, sendo alertados pelos colegas. Além disso, medidas como marcação da frequência cardíaca e das distâncias para o teste de corrida foram feitas sem critérios claros.

Seguranças que estavam com problemas de saúde

também tiveram que fazer o teste, e foi relatado que a empresa contratada não permitiu que um personal trainer acompanhasse de forma mais próxima o servidor que havia se preparado para o exame com antecedência. Outra reclamação foi a de que os seguranças passaram a ser ostensivamente instados a usar coletes, sendo que outras determinações do TRT12, como o uso de crachá, não são cobradas pelo Tribunal. Foi dito que, se uma regra é cobrada de forma até intimidatória, então que isso seja feita em relação a todas as demais regras.

A Coordenação e a Assessoria Jurídica do SINTRAJUSC anotaram todos os fatos para avaliar a forma como irão atuar, tanto do ponto de vista individual quanto coletivo, visto que a forma de aplicação do programa de reciclagem anual de quem atua na segurança varia entre os diferentes TRTs. Em uma avaliação preliminar, ficou evidente que a Portaria do TRT12 não é clara em pontos fundamentais, deixando os critérios de avaliação muito vagos. A discussão será levada à Fenajufe para que se faça uma avaliação nacional do assunto.